

# SEMINÁRIO DA CGTP-IN SOBRE O ESTATUTO LABORAL E SOCIAL DOS JOVENS

DEZEMBRO DE 2011

## CARACTERIZAÇÃO DO EMPREGO JOVEM

Gabinete de Estudos da CGTP-IN

### *Introdução*

Este texto partiu de um projecto apresentado pela CGTP-IN no âmbito do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social, que teve lugar em 2010, e que visava a realização de estudos focalizados no emprego jovem.

Este documento corresponde à segunda parte do estudo sobre o emprego e o estatuto social dos jovens que trata o emprego em termos gerais, bem como outras temáticas ligadas ao mercado de trabalho, à formação inicial e à independência dos jovens.

O objectivo desta parte do estudo é analisar com maior detalhe o emprego dos jovens, nomeadamente em que actividades se inserem, que habilitações, qualificações e profissões têm, qual tipo de contrato de trabalho e como estas dimensões influem sobre os salários.

Utilizou-se como fonte estatística principal os Quadros de Pessoal do MSSS em 2009<sup>1</sup>, usando-se dados de outras fontes para complementar a informação quando tal foi considerado útil.

Neste documento optou-se por usar os dados relativos aos jovens dos 18 aos 34 anos. O limite dos 34 anos surgiu pelas razões apontadas na primeira parte do estudo – o objectivo é analisar o emprego jovem tendo em conta uma inserção com estabilidade no mercado de trabalho, o que nas condições actuais faz com que os 24 anos sejam um limite desadequado. O limite inferior, de 18 anos, deve-se à disponibilidade dos dados. Contudo, dado que se trata de um grupo homogéneo distinguiram-se dois subgrupos: dos 18 aos 24 anos, por um lado, e dos 25 aos 34 anos por outro.

Por último importa referir duas limitações deste estudo. A primeira tem a ver com o não aprofundamento da análise do emprego juvenil por sexo e a sua relação com os salários, o que se justifica pelo facto do projecto inicial ter sido alterado e não se ter tido acesso aos dados em tempo útil. Será um tema a tratar futuramente.

A segunda limitação prende-se com o facto das estatísticas não permitirem apurar o número e as condições em que trabalham os trabalhadores com falso recibo verde, realidade que neste momento parece atingir uma dimensão significativa.

---

<sup>1</sup> Na Administração Pública apenas se incluem os trabalhadores com contrato individual de trabalho.

## *1. Grande concentração sectorial*

Em 2010 havia 1.573 mil jovens empregados entre os 15 e os 34 anos, segundo o Inquérito ao Emprego do INE, sendo 46,7% do sexo feminino (735 mil). Destes, 1.431 mil eram trabalhadores por conta de outrem (TPCO), 47,9% dos quais mulheres (685 mil). Este dado é importante para se conhecer a dimensão global do emprego jovem.

No entanto, devido ao temas a tratar e às variáveis de cada uma das fontes disponíveis, esta parte do estudo usará como fonte principal os Quadros de Pessoal de 2009, do MSSS.

De acordo com esta fonte, há 1.172 mil jovens com idade entre os 18 e os 34 anos a trabalhar por conta de outrem no nosso país, 560 mil dos quais do sexo feminino (47,6%). A maioria destes assalariados trabalha no sector dos serviços (68,3%), seguindo-se a indústria (30,4%) e por fim a agricultura e pescas (1,3%).

Dentro dos serviços destaca-se o comércio (22,6%) e as actividades administrativas e serviços de apoio (10,5%). No sector industrial, a indústria transformadora (com 18,8%) e a construção (10,6%) abrangem a maioria dos jovens. Mais de 62% do emprego juvenil (732 mil jovens) concentra-se só nestas quatro actividades.

São ainda importantes o alojamento e restauração (7,9%) e as actividades de saúde humana e apoio social (6,4%) que empregam 168 mil jovens.

Assim sendo, o comércio, as actividades administrativas e serviços de apoio, a indústria transformadora, a construção, o alojamento e restauração e as actividades de saúde humana e apoio social concentram cerca de 77% do emprego assalariado jovem (900 mil jovens).

Comparando com o ano de 1998, o facto mais assinalável é a perda de 42% do número de postos de trabalho ocupados por jovens na indústria transformadora (que passaram de mais de 381 mil para 220 mil em 2009, passando o peso deste sector de 37% para 19%) e o reforço do peso da concentração nos serviços.

O peso deste último sector passou de 52% para 68,3% no período considerado, por contrapartida da quebra de peso da indústria em mais de 16 pontos percentuais (o total das indústrias no emprego juvenil viu o peso descer de 47% em 30% em 11 anos). Ao mesmo tempo o emprego jovem aumentou 10% devido ao alargamento da cobertura dos Quadros de Pessoal.

Voltando a 2009, dos 1.172 mil jovens, 77% (900 mil) tem entre 25 e 34 anos, havendo 272 mil que têm entre 18 e 24 anos. A distribuição pelos sectores é semelhante nas duas faixas etárias, embora haja uma maior concentração dos jovens dos 18-24 anos no comércio, actividades administrativas e serviços de apoio e no alojamento e restauração do que entre o grupo 25-34 anos (52,1% contra 37,8%) e um menor peso das actividades de saúde humana e apoio social no subgrupo mais jovem. Na indústria transformadora e construção não se verificam diferenças entre as duas faixas etárias.

Quadro 1 – TPCO segundo as actividades mais importantes

	18-24 anos	25-34 anos	18-34 anos	% 18-34 anos no emprego total
<b>Agricultura, caça e pesca</b>	<b>4.062</b>	<b>11.750</b>	<b>15.812</b>	<b>27,3</b>
<b>Indústria</b>	<b>82.618</b>	<b>273.608</b>	<b>356.226</b>	<b>36,0</b>
Ind. transformadora	51.812	168.777	220.589	35,6
Construção	28.815	94.879	123.694	37,6
<b>Serviços</b>	<b>185.670</b>	<b>614.241</b>	<b>799.911</b>	<b>43,7</b>
Comércio	73.621	191.657	265.278	47,8
Alojamento e restauração	31.776	60.868	92.644	44,1
Activ. adm., serv. de apoio	36.467	86.888	123.345	47,6
Saúde e apoio social	11.573	63.960	75.533	37,9
<b>TOTAL</b>	<b>272.350</b>	<b>899.599</b>	<b>1.171.949</b>	<b>40,7</b>

Fonte: Quadros de Pessoal de 2009, MSSS.

Os jovens (18-34 anos) representam uma parte importante dos trabalhadores por conta de outrem (cerca de 41%), nomeadamente nos serviços (43,7%). Na indústria o seu peso é de 36%, sendo apenas de 27,3% na agricultura e pescas. Por actividade, a presença de jovens é mais significativa nas actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, (51,6%), no comércio (47,8%), na informação e comunicação (47,7%), nas actividades administrativas e dos serviços de apoio (47,6%), nas actividades artísticas, de espectáculos, desportivas e recreativas (45,9%) e no alojamento e restauração (44,1%).

## 2. *Nível de habilitações em crescimento mas ainda baixo*

Metade (49,9%) dos jovens trabalhadores dos 18 aos 34 anos completou apenas o ensino básico (9º ano), seguindo-se os que detêm o ensino secundário (28,9%) e o ensino superior (19,4%). Houve uma clara melhoria face a 1998<sup>2</sup>, já que diminuiu o peso dos que têm apenas o ensino básico (eram 69%), tendo aumentado a percentagem dos que completaram o ensino secundário (eram 22%) e superior (eram menos de 8%).

Há ainda uma percentagem residual (0,5%) que não tem sequer o 1º ciclo do ensino básico (eram 0,9% em 1998). É portanto uma geração mais qualificada em termos escolares do que os trabalhadores mais velhos. Considerando o total dos TPCO (este total inclui os jovens), verifica-se que cerca de 62% completou apenas o ensino básico, 21,5% o ensino secundário e 14,5% o ensino superior.

Ainda assim, mesmo no caso dos jovens, estamos perante um número muito considerável (584 mil) de trabalhadores com baixas habilitações escolares (têm no máximo o ensino básico) ou que não completou sequer o 1º ciclo do ensino básico.

Há diferenças entre os dois subgrupos de jovens, tendo os mais velhos alcançado níveis de escolaridade mais elevados, tal como seria de esperar tendo em conta a idade de conclusão dos diferentes graus de ensino. Assim, 23,2% dos jovens trabalhadores dos 25 aos 34 anos

<sup>2</sup> Usaram-se os dados referentes aos jovens dos 15 aos 34 anos.

completou o ensino superior face a apenas 6,7% dos jovens com idade entre os 18 e os 24 anos. Inversamente, a percentagem dos que concluíram o ensino secundário é mais elevada entre o subgrupo mais novo (34% face a 27,4%), o mesmo acontecendo com o ensino básico (57,6% contra 47,5%).

**Quadro 2 – TPCO segundo as habilitações (%)**

	18-24 anos	25-34 anos	18-34 anos	Total dos trabalhadores
Inferior ao 1º Ciclo do Ensino Básico	989	4.710	5.699	35.700
Ensino Básico	156.894	427.384	584.278	1.776.709
Ensino Secundário	92.521	246.533	339.054	619.501
Ensino pós Secundário não Superior Nível IV	1.413	4.996	6.409	10.750
Ensino Superior	18.154	208.885	227.039	416.387
<b>TOTAL</b>	<b>272.350</b>	<b>899.599</b>	<b>1.171.949</b>	<b>2.878.960</b>

Fonte: Quadros de Pessoal de 2009, MSSS.

### *3. Persistência de baixas qualificações para um número significativo de jovens*

Mais de metade (57,3%) dos jovens até aos 35 anos ocupa postos de trabalho qualificados ou muito qualificados. O grupo maioritário é o dos profissionais qualificados (36,2%), seguindo-se o dos profissionais altamente qualificados (7,8%), os quadros superiores (6%), os quadros médios (5,3%) e por fim os encarregados e chefes de equipa (2%).

Ainda assim, mais de ¼ dos jovens ocupa postos de trabalho de baixas qualificações<sup>3</sup>, estando 16,8% classificados como profissionais semiquualificados e 11,6% como profissionais não qualificados. Os jovens até 35 anos têm um peso de 39,6% no total dos trabalhadores com empregos de baixa qualificação, sendo mais de 332 milhares.

Os praticantes e aprendizes (cerca de 77 mil) têm um peso de 7,7% entre os menores de 35 anos.

Novamente se verificam diferenças entre os dois subgrupos juvenis, ocupando os jovens dos 25 aos 34 anos postos de trabalho de qualificação mais elevada. De facto, 13,7% dos jovens dos 25 aos 34 anos eram quadros médios ou superiores, sendo essa percentagem de apenas 3,5% entre os menores de 25 anos e de 12% entre o total de trabalhadores.

Os praticantes e aprendizes têm maior importância entre os jovens com menos de 25 anos (17,1%), assumindo menor expressão no subgrupo dos 25 aos 34 anos, resultado que era esperado.

A estrutura de qualificações dos jovens trabalhadores é semelhante à que se observa para os trabalhadores em geral, registando-se a maior diferença no peso dos praticantes e aprendizes (7,7% entre os jovens e 4,2% para o total dos trabalhadores).

<sup>3</sup> No âmbito deste trabalho considera-se que têm baixas qualificações os profissionais semiquualificados e os profissionais não qualificados.

**Quadro 3 – TPCO segundo as qualificações (%)**

	18-24 anos	25-34 anos	18-34 anos	Total dos trabalhadores
Quadros Superiores	4.308	66.083	70.391	201.498
Quadros Médios	5.135	57.171	62.306	143.294
Encarregados, contramestres, mestres e chefes de e	1.567	21.495	23.062	102.271
Profissionais Altamente Qualificados	9.030	82.875	91.905	223.745
Profissionais Qualificados	80.676	343.680	424.356	1.079.575
Profissionais Semiquualificados	52.531	144.485	197.016	498.915
Profissionais não Qualificados	50.151	85.326	135.477	341.775
Praticantes e Aprendizizes	46.589	44.038	90.627	121.111
<b>TOTAL</b>	<b>272.350</b>	<b>899.599</b>	<b>1.171.949</b>	<b>2.878.960</b>

Fonte: Quadros de Pessoal de 2009, MSSS.

Relativamente a 1998, a percentagem de jovens trabalhadores qualificados ou muito qualificados mantém-se mas a distribuição interna alterou-se. Há menos profissionais qualificados em contrapartida dos níveis mais elevados. A percentagem de profissionais não qualificados diminuiu mas essa redução foi muito pequena em 11 anos (menos de 2 pontos percentuais).

Apesar de não se poder estabelecer uma correspondência directa entre níveis de habilitação e níveis de qualificação, uma vez que pode existir um desfasamento entre as qualificações escolares e/ou profissionais detidas e a profissão desempenhada (isto é, uma profissão em que a área de conhecimento requerida não seja a detida pelo trabalhador, isto tanto devido à falta de empregos na área de formação do trabalhador, como devido a escolhas pessoais), é possível tirar algumas conclusões através da análise dos níveis de qualificação e habilitação.

Olhando para os jovens no seu conjunto, verifica-se que os que têm baixas qualificações completaram na sua maioria o ensino básico (detêm apenas o ensino básico 61,9% dos jovens profissionais semiquualificados e 72,9% dos não qualificados) e que os quadros médios e superiores têm na sua esmagadora maioria o ensino superior (78% e 87,6%, respectivamente). Já entre os profissionais altamente qualificados as habilitações mais comuns são o ensino secundário (35,1%) e o ensino superior (48,2%).

No entanto, há um conjunto significativo de jovens com baixas qualificações que detêm o ensino secundário (32,9% e 22,3%, respectivamente para os profissionais semiquualificados e não qualificados). O número de jovens com baixas qualificações que detêm o ensino pós secundário ou superior é residual (3,5% no caso dos semiquualificados e 1,9% dos não qualificados). Mas como se disse atrás os Quadros de Pessoal não abrangem os “falsos recibos verdes” onde se julga que estes casos são mais frequentes.

A maioria dos praticantes e aprendizizes (62,2%) tem o ensino básico e 30,1% o ensino secundário, sendo minoritário o grupo dos que têm o ensino superior (ainda assim são mais de 12 mil, correspondendo a 6%).

**Quadro 4 – TPCO 18-34 anos por qualificação segundo o nível de habilitação (%)**

	Inferior ao 1º Ciclo do Ensino Básico	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino pós Secundário Nível IV	Ensino Superior	TOTAL
Quadros Superiores	0,0	3,6	7,8	0,8	87,6	100,0
Quadros Médios	0,0	5,3	15,6	1,0	78,0	100,0
Encarregados, contramestres e chefes de equipa	0,1	41,2	34,5	0,7	23,1	100,0
Profissionais Altamente Qualificados	0,0	15,0	35,1	1,4	48,2	100,0
Profissionais Qualificados	0,4	56,6	32,2	0,4	9,6	100,0
Profissionais Semiquificados	0,6	61,9	32,9	0,4	3,1	100,0
Profissionais não Qualificados	1,3	72,9	22,3	0,1	1,8	100,0
Praticantes e Aprendizizes	0,4	62,2	30,1	0,4	6,0	100,0
<b>TOTAL</b>	<b>0,5</b>	<b>49,9</b>	<b>28,9</b>	<b>0,5</b>	<b>19,4</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Quadros de Pessoal de 2009, MSSS.

Em conclusão, em geral verifica-se uma correspondência entre as duas classificações, havendo ainda assim um grupo considerável de jovens em que isso não acontece. Em contraponto, no conjunto das idades há maior correspondência entre as habilitações e qualificações nos níveis mais baixos, verificando-se o inverso nos níveis mais altos, ou seja, neste último caso os trabalhadores atingem níveis de qualificação mais elevados mesmo com níveis de habilitação mais baixos. Tal poderá dever-se à frequência de formação qualificante em momento posterior à formação inicial ou devido à aquisição e reconhecimento de competências por via da experiência no posto de trabalho.

#### **4. Profissões pouco qualificadas**

A maioria dos jovens ocupa profissões administrativas, comerciais e operárias (cerca de 670 mil, ou seja, 57% do total). Assim, 22,4% pertence ao grupo “pessoal administrativo e similares”, 17,4% são “operários, artífices e similares” e 17,2% “pessoal dos serviços e vendedores”. 11,8% são trabalhadores não qualificados.

Apenas 10,9% são quadros superiores e dirigentes de empresa e “especialistas das profissões intelectuais e científicas” e 11,4% são “técnicos e profissionais de nível intermédio”. Os jovens trabalhadores agrícolas e das pescas são residuais (1,1%). Conclui-se assim pela ocupação maioritária de profissões pouco qualificadas.

Esta distribuição é semelhante à que se observa para o total dos trabalhadores, mas com algumas nuances: entre os jovens há mais “especialistas das profissões intelectuais e científicas” e “técnicos e profissionais de nível intermédio” e menos quadros superiores e dirigentes de empresa; há maior concentração nas profissões administrativas, comerciais e menos nas operárias; há menos trabalhadores não qualificados.

Relativamente ao peso dos trabalhadores jovens no total segundo a profissão, realça-se: (i) o peso elevado (rondando mais ou menos os 50%) entre os “especialistas das profissões intelectuais e científicas” (resultado esperado), “pessoal administrativo e similares”, e “pessoal dos serviços e vendedores”; (ii) menor peso (de 28% e 36%) entre os trabalhadores da agricultura e pescas, operários e operadores de instalações e máquinas, trabalhadores não qualificados; (iii) e sobretudo entre os quadros superiores e dirigentes de empresa (inferior a 20%), resultado já esperado.

**Quadro 5 – TPCO segundo as profissões**

	18-34 anos		Total dos trabalhadores	
	Número	%	Número	%
Quadros superiores da adm. pública, dirigentes e quadros sup. de empresas	23.451	2,0	117.581	4,1
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	104.317	8,9	197.716	6,9
Técnicos e profissionais de nível intermédio	134.000	11,4	314.186	10,9
Pessoal administrativo e similares	201.330	17,2	427.090	14,8
Pessoal dos serviços e vendedores"	262.537	22,4	526.755	18,3
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	12.981	1,1	46.055	1,6
Operários, artífices e trabalhadores similares	203.932	17,4	573.231	19,9
Operadores de instalações e máquinas e trab. da montagem	91.160	7,8	276.322	9,6
Trabalhadores não qualificados	137.975	11,8	399.525	13,9
<b>TOTAL</b>	<b>1.171.949</b>	<b>100,0</b>	<b>2.878.960</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Quadros de Pessoal de 2009, MSSS.

Entre os jovens das duas faixas etárias há diferenças. Como era também de esperar, entre os jovens de 25 e mais anos há maior peso dos quadros superiores e dirigentes de empresa, dos “especialistas das profissões intelectuais e científicas” e dos “técnicos e profissionais de nível intermédio”, uma vez que estes jovens já terão possibilidade de ter obtido habilitações mais elevadas que os mais jovens e/ou já lhes terá sido atribuída maior responsabilidade no local de trabalho. Em contrapartida, é menor a concentração nas profissões comerciais e operárias e entre os trabalhadores não qualificados.

### **5. Elevado nível de precariedade**

Segundo a fonte que temos vindo a usar, cerca de 40% dos jovens dos 18 aos 34 anos têm contratos a prazo<sup>4</sup>, sendo a precariedade mais elevada entre os menores de 25 anos (55%) do que entre os que têm entre 25 e 34 anos (35,6%). Ainda que a precariedade atinja todas as camadas etárias (atinge 28,7% dos assalariados), os jovens são as principais vítimas, representando 57% do total dos precários. Em 2000 a percentagem de jovens atingidos era de 25,8%.

<sup>4</sup> Não se trata aqui o problema dos falsos recibos verdes, uma vez que não existem fontes fidedignas e os Quadros de Pessoal não tratam essa realidade.

Neste momento não há grandes diferenças entre os três grandes sectores no que se refere à precariedade. Os serviços continuam a ser o sector onde há maior percentagem de jovens com contratos a prazo (38,6%), mas a precariedade na agricultura e pescas e na indústria é também muito elevada (37,5% e 35,2%, respectivamente).

A precariedade do emprego é particularmente elevada na educação em termos percentuais (56,8% entre os menores de 35 anos<sup>5</sup>), nas actividades administrativas e dos serviços de apoio – onde estão as empresas de trabalho temporário (55,4%) – no alojamento e restauração (48,8%), nas actividades artísticas, desportivas e recreativas (48,2%), na água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição (47,1%), na construção (43,8%) e nas outras actividades de serviços (42,1%). Em termos absolutos, destacam-se o comércio (com quase 100 mil jovens), as indústrias transformadoras (mais de 66 mil), a construção (mais de 54 mil) e o alojamento e restauração (mais de 45 mil).

**Quadro 6 – TPCO com contrato a termo por sector (%)**

	18-24 anos	25-34 anos	18-34 anos	Total dos trabalhadores	Peso 18-34 no total de contratos a termo (%)
Agricultura, caça e pesca	45,2	34,8	37,5	26,5	38,6
Indústria	46,8	31,7	35,2	25,3	50,2
Serviços	58,9	37,3	42,4	30,6	60,4
<b>TOTAL</b>	<b>55,0</b>	<b>35,6</b>	<b>40,1</b>	<b>28,7</b>	<b>56,9</b>

Fonte: Quadros de Pessoal de 2009, MSSS.

Relativamente às empresas de trabalho temporário há duas fontes estatísticas a considerar: os Quadros de Pessoal do MSSS e os relatórios anuais do IEFP sobre as empresas de trabalho temporário. Em ambos os casos os últimos dados públicos são referentes a 2009 e abrangem apenas as empresas de trabalho temporário registadas, havendo muitas outras que operam à margem da lei.

Segundo os Quadros de Pessoal, em 2009 havia mais de 47 mil trabalhadores em empresas de trabalho temporário, sendo principalmente jovens com menos de 35 anos (cerca de 30 mil, isto é, 63% do total). Além destes havia mais 25,6 mil trabalhadores efectivos nas empresas de trabalho temporário mas que prestavam trabalho noutras empresas (16 mil eram jovens). Ao todo eram 73 mil os trabalhadores em empresas de trabalho temporário, sendo 46 mil jovens com menos de 35 anos.

Quanto ao IEFP, o relatório “Análise dos principais indicadores do sector do trabalho temporário – ano de 2009” conclui que 63,5% dos trabalhadores colocados por empresas de trabalho temporário tem menos de 35 anos; a remuneração base média era de 557 euros em 2009, havendo uma desigualdade salarial de 49 euros desfavorável aos menores de 25 anos (estes ganhavam em média 518 euros enquanto que os trabalhadores de 25 e mais anos auferiam 567 euros). A duração média dos contratos de trabalho foi de 6,5 meses, mas só de 4,5 meses no caso dos jovens menores de 25 anos. No caso dos adultos os contratos duraram em média 7,3 meses. Mais de metade dos contratos (52%) tiveram uma duração inferior a 3 meses.

<sup>5</sup> Inclui as escolas privadas.

## JOVENS E PRECARIIDADE DE EMPREGO (EXEMPLOS DE CASOS)

### 1. AutoVision

Empresa do Grupo Volkswagen (VW), constituída em 2005, com actividades na área de logística, serviços, gestão de recursos humanos e no trabalho temporário. Emprega mais de mil trabalhadores. Em 2008 teve um volume de negócios de 7.2 milhões de euros.

O alargamento à actividade de trabalho temporário ocorreu em 2008. O volume de emprego é variável mas é actualmente superior a 700 trabalhadores, tendo a maioria vínculos não permanentes.

Estes trabalhadores prestam actividade na AutoEuropa, sendo bastante jovens, com idades normalmente compreendidas entre os 20 e os 25 anos. O trabalho prestado enquadra-se em 3 grupos: carcaça do automóvel ("body"), com trabalhos como soldadura e a montagem de peças; pintura; montagem final.

A duração dos contratos não excede os dois anos. A rotação é muito elevada, sendo diminuta a parte dos jovens que passam a efectivos na AutoEuropa. Os sindicatos têm invocado que os postos de trabalho são permanentes (não há um veículo sem "body") mas este problema mantém-se sem solução à vista, ainda que no Acordo da AutoEuropa para 2011 se preveja a redução da precariedade de emprego.

Os salários praticados são baixos, admitindo-se que a média dos salários de base se situe entre os 650 e 700 euros. A sindicalização é reduzida.

As restantes actividades da AutoVision empregam menos trabalhadores. A componente logística emprega 350 trabalhadores, tendo actividade na AutoEuropa. Mais de metade tem vínculos precários. A média etária é mais elevada do que no trabalho temporário, ainda que a maioria tenha menos de 35 anos.

### 2. Schnellecke

A Schnellecke trabalha igualmente para a AutoEuropa. Tem três actividades: Logística, através da Schnellecke Logística com 400 trabalhadores; Armazenamento, através da Plantifil com 150 trabalhadores; Indústria, com 50 trabalhadores.

Na Schnellecke Logística a precariedade do emprego é elevada, da ordem dos 45%, o que abrange contratos a prazo e trabalho temporário. Os jovens têm uma expressão significativa nos trabalhadores não permanentes, sobretudo no trabalho temporário. Têm idade normalmente inferior a 25 anos.

Na Plantifil a grande maioria dos trabalhadores está com contrato a prazo ou são trabalhadores temporários, em proporções que são próximas, sendo na maioria jovens. Têm salários baixos, pouco acima do salário mínimo.

Os trabalhadores precários (com contratos a prazo e temporários) têm postos de trabalho com natureza idêntica à dos efectivos. É diminuta a parte dos que passa a efectivo. Neste caso, o padrão-tipo de evolução é trabalho temporário (até 1 ano); contrato a prazo (até 3 anos); trabalho efectivo.

Os trabalhadores temporários aceitam, em regra, situações mais desfavoráveis, incluindo a discriminação salarial, porque consideram que "estão de passagem". A intervenção da Inspeção de Trabalho é complexa porque em regra os trabalhadores temem que daí venha a resultar a perda do emprego.

## 6. Baixos salários e discriminação

Os salários dos jovens são em geral baixos<sup>6</sup>. Em 2009 a remuneração média mensal base era de 747 euros, sendo apenas 86,1% da auferida, em média, pelo conjunto dos trabalhadores (868 euros). Há diferenças entre os dois grupos etários juvenis, sendo a remuneração base dos jovens até 25 anos de apenas 566 euros (65,2% da remuneração média do conjunto dos trabalhadores) e 793 euros no caso dos jovens de 25-34 anos (91,4% da média global).

Na esmagadora maioria dos sectores os jovens auferem menos remuneração que os trabalhadores mais velhos, havendo apenas duas actividades no grupo 25-34 anos em que isso não acontece (na saúde e apoio social e nas actividades artísticas, desportivas e recreativas), e uma entre os menores de 25 anos (actividades artísticas, desportivas e recreativas).

Considerando os jovens no seu conjunto, é no alojamento e restauração que os salários são mais baixos (587 euros), sendo também de referir a agricultura e pescas, a indústria transformadora, a construção, o comércio e as actividades administrativas e serviços de apoio, todas com salários base inferiores a 700 euros. Isso deve-se principalmente aos jovens com menos de 25 anos, cujos salários são inferiores a 600 euros na maioria das actividades. Para este grupo juvenil o salário mais baixo regista-se nas indústrias transformadoras (520 euros), mas é também muito baixo na construção (524 euros), no alojamento e restauração (525 euros) e na agricultura, só para salientar os exemplos mais significativos.

De referir ainda que os salários são mais baixos precisamente nas actividades em que os jovens mais se concentram e em algumas das que têm maior peso de mão-de-obra juvenil - caso do comércio, do alojamento e restauração, e das actividades administrativas e serviços de apoio, onde a percentagem de jovens ultrapassa os 44% do total. Só estas três actividades concentram 41% do emprego assalariado jovem.

Quadro 7 – Remuneração base média nas actividades com salários mais baixos (euros)

	18-24 anos	25-34 anos	18-34 anos	Total dos trabalhadores
Agricultura, caça e pesca	532	641	617	644
Indústrias transformadoras	520	717	672	796
Construção	524	705	664	757
Comércio	526	735	688	827
Alojamento e restauração	525	613	587	636
Actividades administrativas e serviços de apoio	556	692	661	726
Outras actividades de serviços	522	711	675	785
<b>TOTAL</b>	<b>566</b>	<b>793</b>	<b>747</b>	<b>868</b>

Fonte: Quadros de Pessoal de 2009, MSSS. Estes dados incluem apenas trabalhadores a tempo completo que auferiam remuneração completa.

Mais de 2/3 dos jovens (68,9%) auferem menos de 750 euros mensais, percentagem superior à registada para o total das idades (63,7%). São sobretudo os menores de 25 anos que têm os salários mais baixos (quase 90% ganha menos de 750 euros), o que se deve à grande concentração dos jovens desta faixa etária nos escalões mais baixos de remuneração (51%

<sup>6</sup> Os dados referem-se apenas aos trabalhadores a tempo completo que auferiam remuneração completa.

aufere menos de 500 euros). Ainda assim, é de assinalar que mesmo entre os jovens dos 25 aos 34 anos e o total de trabalhadores a percentagem dos que ganham menos de 500 euros é elevada (24,5% e 25,8%, respectivamente) devido ao baixo nível de salários pagos no nosso país.

O ganho médio<sup>7</sup> é de 1034 euros para o total dos trabalhadores, sendo de apenas 883 euros (85% do total) no caso dos jovens considerados no seu conjunto. Entre os jovens dos 25-34 anos o ganho médio é de 937 euros (91% do total), mas somente 666 euros (64% do total) para os menores de 25 anos.

Relativamente aos escalões de ganho, é de referir que 55,7% dos jovens tem ganhos médios mensais inferiores a 750 euros, sendo de 78,9% no caso particular dos menores de 25 anos e 49,8% entre os jovens com 25 e mais anos. Já no total dos trabalhadores a percentagem é de 51,1%.

12,6% dos jovens dos 18 aos 34 anos tem um ganho inferior a 500 euros, o que se situa muito perto do limiar de baixo salário (494 euros<sup>8</sup>). Esta percentagem é mais alta no caso dos menores de 25 anos (21,3%) e menor entre os 25-34 anos (10,4%), mas mesmo assim elevada, nomeadamente se se tiver em conta o baixo valor absoluto deste limiar. Para o total dos trabalhadores a percentagem é 11,3%.

Quadro 8 – TPCO por escalões de remuneração base e ganho

	Nº de TPCO por escalão de remuneração base média			Nº de TPCO por escalão de ganho médio		
	18-24 anos	25-34 anos	Total dos trabalhadores	18-24 anos	25-34 anos	Total dos trabalhadores
Menos de 450 € %	3.068 1,8	3.424 0,5	14.938 0,7	1.320 0,8	1.418 0,2	6.605 0,3
De 450 a 499 € %	84.636 49,2	163.680 24,0	546.508 25,1	35.178 20,5	69.831 10,2	238.332 11,0
De 500 a 750 € %	66.243 38,5	267.742 39,2	824.217 37,9	99.079 57,6	269.284 39,4	865.964 39,8
<b>Subtotal (Manos de 750 €) %</b>	<b>153.947 89,5</b>	<b>434.846 63,7</b>	<b>1.385.663 63,7</b>	<b>135.577 78,9</b>	<b>340.533 49,8</b>	<b>1.110.901 51,1</b>
<b>TOTAL %</b>	<b>171.881 100,0</b>	<b>683.123 100,0</b>	<b>2.175.028 100,0</b>	<b>171.881 100,0</b>	<b>683.123 100,0</b>	<b>2.175.028 100,0</b>

Fonte: Quadros de Pessoal de 2009, MSSS. Estes dados incluem apenas trabalhadores a tempo completo que auferiam remuneração completa.

Uma das razões que explica que os jovens tenham salários mais baixos que a média é o facto de serem maioritários entre os trabalhadores com contrato a termo, em regra discriminados em relação aos seus colegas com contrato permanente.

Em 2009 a remuneração base/hora era, em média, de 4,99 euros para o total dos trabalhadores. Os trabalhadores efectivos recebiam em média 5,40 euros/hora, enquanto que os trabalhadores com contrato a termo recebiam menos 25% (4,03 euros/hora), sendo a discriminação ainda mais

<sup>7</sup> Ganho: remuneração base, prémios e subsídios regulares e remuneração por trabalho suplementar.

<sup>8</sup> 2/3 do ganho mensal mediano que era 741 euros em 2009.

acentuada no caso das empresas de trabalho temporário (não ultrapassavam os 3,30 euros/hora). Aliás, um estudo da Comissão Europeia<sup>9</sup> estimou que a penalização salarial dos trabalhadores precários em Portugal é a mais elevada de toda a União Europeia (36,5% face a 14,3% na média da UE). Supera mesmo a penalização observada na Polónia e na Espanha, os dois únicos países com um nível precariedade mais elevado do que em Portugal.

Dado que estes são valores médios e não têm em conta as qualificações detidas pelos trabalhadores, procurou-se saber qual a remuneração horária por qualificação e contrato. Consta-se que, apesar das remunerações/hora serem mais elevadas quanto maior é o nível de qualificações, os trabalhadores com contratos precários ganham sempre menos que os trabalhadores permanentes, sendo os trabalhadores temporários ainda mais discriminados, como se vê no quadro seguinte.

**Quadro 9 – Remunerações médias horárias base por nível de qualificação segundo o tipo de contrato, total dos trabalhadores (euros)**

	Contrato a Termo	Contrato sem termo para cedência temporária	Contrato a termo para cedência temporária	Contrato Sem Termo (Permanente)	TOTAL
Quadros Superiores	9,39	6,91	8,85	13,94	<b>13,15</b>
Quadros Médios	7,74	6,53	7,44	9,22	<b>8,89</b>
Encarregados, contramestres e chefes de equipa	5,58	4,27	4,45	6,65	<b>6,47</b>
Profissionais Altamente Qualificados	5,78	5,91	4,70	7,35	<b>7,02</b>
Profissionais Qualificados	3,83	3,64	3,77	4,16	<b>4,07</b>
Profissionais Semiquualificados	3,16	2,97	3,13	3,53	<b>3,40</b>
Profissionais não Qualificados	2,95	2,79	2,74	3,09	<b>3,03</b>
Praticantes e Aprendizizes	2,95	2,62	2,90	3,00	<b>2,98</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4,03</b>	<b>3,21</b>	<b>3,30</b>	<b>5,40</b>	<b>4,99</b>

Fonte: Quadros de Pessoal de 2009, MSSS.

O mesmo padrão se repete no caso dos jovens considerados no seu conjunto e no grupo 25-34 anos (com excepção dos profissionais qualificados em que a remuneração/hora aos contratos a termo e temporários é semelhante à dos contratos sem termo).

No caso dos jovens menores de 25 anos há uma aproximação entre os salários/hora dos contratados a termo e os trabalhadores com contratos permanentes. Há um nível profissional em que a remuneração horária é superior em 11% (caso dos profissionais qualificados) mas trata-se de um valor absoluto baixo (0,40 euros).

Comparando as remunerações/hora pagas aos jovens e ao conjunto dos trabalhadores, verifica-se que existe um desvio de 13,6% em desfavor dos jovens. Esse desvio observa-se apenas nos contratos permanentes em que a remuneração/hora dos jovens é de apenas 84,5% da auferida

<sup>9</sup> *Wages trends in Europe in perspective*, de 7 de Setembro de 2011.

<http://www.destree.be/wage/Wage%20Trends%20in%20Europe%20in%20perspective-1.pdf>

pelo conjunto dos trabalhadores. Já nos contratos a termo há uma aproximação entre jovens e restantes trabalhadores, mas tem a ver com o baixo valor/hora pago aos trabalhadores precários de qualquer idade e à discriminação de que são alvo face aos seus colegas efectivos. Por outro lado, o próprio peso dos jovens entre os trabalhadores precários (57%), influencia a média global.

Analisando a remuneração/hora por qualificação verifica-se que existe maior discriminação entre os jovens e os outros trabalhadores quanto maior é a qualificação. Nos quadros superiores oscila entre os 68,6% no contrato sem termo e o máximo de 86,2% entre os trabalhadores temporários com contratos a prazo.

**Quadro 10 – Relação entre a remuneração horária base dos TPCO 18-34 anos e a do total de trabalhadores (%)**

	Contrato a Termo	Contrato sem termo para cedência temporária	Contrato a termo para cedência temporária	Contrato Sem Termo (Permanente)	TOTAL
Quadros Superiores	84,5	80,8	86,2	68,6	<b>68,5</b>
Quadros Médios	94,6	97,7	97,1	84,2	<b>85,5</b>
Encarregados, contramestres e chefes de equipa	91,7	85,2	84,3	88,3	<b>87,6</b>
Profissionais Altamente Qualificados	96,0	86,5	94,4	88,6	<b>88,0</b>
Profissionais Qualificados	102,1	99,6	103,2	92,4	<b>94,8</b>
Profissionais Semiquualificados	99,4	99,5	99,3	94,9	<b>95,5</b>
Profissionais não Qualificados	99,8	100,8	100,5	99,7	<b>99,2</b>
Praticantes e Aprendizizes	100,3	99,4	100,2	99,6	<b>99,9</b>
<b>TOTAL</b>	<b>99,5</b>	<b>98,1</b>	<b>99,0</b>	<b>84,5</b>	<b>86,4</b>

Fonte: Quadros de Pessoal de 2009, MSSS.

Desagregando a análise por subgrupo etário juvenil observa-se que as diferenças são mais acentuadas entre os menores de 25 anos, cuja remuneração média horária é de apenas 65,6% em termos globais quando comparada com o total de trabalhadores, atingindo um máximo de 95,6% entre os trabalhadores não qualificados e um mínimo de 48,1% entre os quadros superiores. Mesmo entre os quadros médios e altamente qualificados não vai além dos 66,2%.

Quanto ao subgrupo 25-34 anos, a remuneração média/hora é de 92,4% em termos globais, sendo 89,3% nos contratos permanentes, enquanto ultrapassa a média nos contratos a prazo e empresas de trabalho temporário. No entanto, mesmo nestes casos, à medida que se avança para níveis de qualificação mais elevados vão surgindo diferenças em desfavor dos jovens.

## *Conclusões*

O emprego jovem está concentrado num número reduzido de actividades, nomeadamente nos serviços. A destruição do aparelho produtivo que se vem verificando no nosso país nas últimas décadas também atingiu o emprego jovem. Perderam-se mais de 160 mil postos de trabalho ocupados por jovens entre 1998 e 2009, correspondendo a 42% da força de trabalho jovem do sector. Em contrapartida reforçou-se o sector dos serviços em mais de 16 pontos percentuais.

Parte significativa dos jovens ocupa empregos precários, de baixa qualificação e mal pagos. 40% tem um contrato a prazo e ¼ ocupa postos de trabalho de baixa qualificação o que, a par da forte concentração nas actividades onde os salários são mais baixos, determina que a maioria dos jovens tenha remunerações inferiores aos 750 euros. É ainda expressiva a percentagem dos que ganham menos de 500 euros (51% entre os menores de 25 anos e 24,5% no grupo 25-34 anos).

De facto, uma das razões fundamentais para os baixos salários entre os jovens é o facto de existir discriminação entre trabalhadores permanentes e trabalhadores precários, na sua maioria jovens. Os trabalhadores com contrato a termo ganham menos 25% por hora que os trabalhadores permanentes, chegando essa diferença aos 40% no caso dos trabalhadores de empresas de trabalho temporário.

Existe também discriminação salarial entre os trabalhadores mais jovens e os seus colegas mais velhos, nomeadamente no escalão 18-25 anos, discriminação que não explicada pelas diferenças entre os níveis de qualificação detidos por uns e outros. Isso mesmo foi comprovado analisando as remunerações/hora por nível de qualificação, tendo-se concluído que as diferenças são mais notórias à medida que o nível de qualificação aumenta.

Verificou-se também que o desvio em desfavor dos jovens se observa apenas nos contratos permanentes. Nos contratos a termo há uma aproximação entre os jovens e os restantes trabalhadores mas pensa-se que tem a ver com o baixo valor absoluto pago por hora aos trabalhadores precários e ao facto do peso dos jovens entre os trabalhadores não permanentes influenciar a média global.

Este tipo de inserção precária, em profissões pouco qualificadas e mal pagas contrasta com o maior nível de habilitações de base detido pelos jovens quando comparado com os trabalhadores mais velhos. Se relativamente à estrutura de qualificações não há grandes diferenças face aos trabalhadores mais velhos em termos médios (no grupo dos 18 aos 24 anos não é assim), o mesmo já não se verifica quando se analisa o tipo de contrato e as remunerações por qualificação que são quase sempre mais desfavoráveis aos trabalhadores mais jovens.

**Dezembro 2011**